

Formação militar: aspectos da liderança de Benjamin Constant no âmbito do Exército

Claudia Alves¹

A participação da oficialidade do exército no golpe que instaurou o regime republicano tem sido tratada na historiografia sobre o tema como um elemento dos mais relevantes. Entretanto, a ênfase tem sido colocada quase exclusivamente sobre o protagonismo da mocidade militar, organizada a partir da Escola Militar da Praia Vermelha, o centro mais importante de formação intelectual e profissional da oficialidade do exército naquele momento. Argumentos consistentes foram reunidos para fundamentar esse enfoque, que está centrado nos momentos finais da monarquia, quando o quadro de crise se agudiza e atores decisivos assumem o centro da cena.²

Nossa atenção, entretanto, tem se voltado para outros engajamentos que, por vezes de maneira subterrânea, constituíram a possibilidade de ação política desse sujeito coletivo “corporação militar”, por meio de uma fração organizada de seus oficiais.³ Temos nos ocupado em perseguir indícios da construção da organização de uma parcela da intelectualidade militar. Temos como pressuposto que toda ação política se alicerça na possibilidade de algum nível de direção intelectual e moral, em conformidade com as reflexões teóricas de Antonio Gramsci, em suas anotações nos *Cadernos do Cárcere*.

No presente artigo, tomamos um caso particular de mobilização da oficialidade do exército como expressão da organização que se processava por dentro da instituição. Interessa-nos compreender a maneira como Benjamin Constant se inseriu nos debates que envolveram a oficialidade na década final do período imperial, tomando as propostas que elaborou nos anos 1887/1888 como expressão do papel que passara a desempenhar entre as lideranças da corporação. Para tal, elegemos os documentos redigidos pelo próprio Benjamin, nas duas ocasiões, conservados dentre os manuscritos de seu acervo particular, como as principais fontes para a nossa análise.

A formação de oficiais em debate na década de 1880

Desde sua criação, como Real Academia Militar, em 1810, a principal escola de oficiais, que se notabilizaria com o nome de Escola Militar, teve seu ensino reformado várias vezes durante o império.⁴ Na segunda metade do século XIX, é possível observar a crescente participação de oficiais intelectualizados nas comissões encarregadas de construir as reformas do ensino militar. Constituídas por nomeação direta do Ministro da Guerra, tais comissões tinham a possibilidade de catalisar posições presentes nos debates travados entre parte da oficialidade. O auge desse processo ocorreu na década de 1880, quando um grupo de oficiais tomou a iniciativa de criar um periódico que se constituiu em veículo para a discussão de temáticas relativas a esses interesses, a Revista do Exército Brasileiro.

No ano de 1881, um decreto imperial⁵ atingia o ensino militar, alterando a formação de oficiais, de modo a aprofundar a diferença entre, de um lado, as chamadas *armas científicas* - a artilharia e a engenharia - e, de outro, as *não científicas* - a infantaria e a cavalaria. Pelo decreto, a formação de infantaria e cavalaria poderia ser concluída com a aprovação apenas nas disciplinas do primeiro ano da Escola Militar da Corte ou da Escola de Infantaria e Cavalaria do Rio Grande do Sul.

Na perspectiva gramsciana, esse tipo de iniciativa deve ser tomado como parte da construção da direção intelectual, necessária à luta por hegemonia. No caso particular que abordamos, é nítido o investimento de parte da intelectualidade do exército em tentar influir nas decisões sobre a formação da oficialidade, por meio de um instrumento próprio à ação “de partido”, com a finalidade de ganhar adesão para a sua concepção: “*A imprensa (quem o contesta?) é o mais poderoso meio que se tem inventado para a divulgação do pensamento, e pô-lo em dúvida seria arremessar o paradoxo contra a evidência*”.⁶

¹Professora Associada da Faculdade e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

²CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. CASTRO, Celso. Os Militares e a República. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. SCHULZ, John. O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

³ALVES, Claudia. Cultura e Política no Século XIX: O Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

⁴MOTTA, Jehovah. Formação do oficial do Exército Brasileiro: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

⁵Decreto n. 8205, de 30 de julho de 1881. Altera algumas disposições dos Regulamentos das Escolas Militar da Corte e de infantaria e cavalaria da província do Rio Grande do Sul.

⁶GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 161.

Pelo que se pode depreender da leitura de diversos artigos escritos por oficiais do exército nos anos que se seguiram ao decreto, seu conteúdo despertou reações de lideranças importantes do corpo de oficiais, que o entenderam como uma desqualificação das armas de infantaria e cavalaria. O principal veículo de circulação dessas idéias, a Revista do Exército Brasileiro, publicou textos assinados por oficiais de diversas patentes, em torno de questões que estavam no centro das preocupações da oficialidade. A reestruturação do exército e a formação de seus quadros, em todos os níveis, eram os dois eixos que polarizavam as discussões e definiam posições expressas por esses autores.

Um exame da Revista do Exército Brasileiro (1882-1889) demonstra a importância que esse periódico assumia, diante daquele contexto, para um grupo de oficiais. A capacidade de refletir sobre os problemas da corporação e de apresentar caminhos possíveis de estruturação de suas forças aparecia, nas páginas da revista, associada ao acervo de conhecimentos acumulados pela oficialidade por intermédio dos estudos formais, das leituras efetuadas, da prática vivenciada no exercício de suas funções e das oportunidades de contato com a experiência de exércitos estrangeiros. Embora o móvel imediato do envolvimento no debate estivesse referido à distribuição do poder e das posições na corporação, que interferiam nas possibilidades de ascensão na carreira, é notável a visão de conjunto e o nível de elaboração de propostas de que dispõem os oficiais que participam do debate.

No que dizia respeito à formação de oficiais, para além de divergências pontuais, ganhava dimensão importante, nos artigos, a preocupação comum com a diminuição das distâncias entre as armas, sobretudo entre os dois blocos – as científicas e as não científicas – pela promoção de uma instrução mais sólida aos alunos inscritos nos cursos de infantaria e cavalaria. De modo geral, a ênfase recaía sobre a necessidade da instrução, tanto teórica quanto prática, como meio de afirmação do exército. O enfoque do tema insistia na qualificação de seus quadros como parte da construção de forças armadas mais eficientes, ao mesmo tempo em que a considerava patamar indispensável à projeção e conquista de reconhecimento pela sociedade.

Nos discursos que circulavam no seio da oficialidade do exército nessa década, o protagonismo da instrução aparecia vinculado a dois aspectos considerados centrais para a elevação do nível da corporação: de um lado, a garantia da disciplina; de outro, a preparação para o uso das inovações tecnológicas que estavam transformando a guerra. Na representação construída nos discursos, a instrução aprimorada potencializaria o cumprimento das ordens pelo aumento da compreensão dos comandados a seu respeito. Pelo avesso, as dificuldades de disciplina no exército brasileiro eram pensadas como resultado de uma frágil formação. Pressupunha-se que o soldado intelectualmente mais bem preparado, compreenderia sua própria importância para a nação, lutando imbuído de verdadeiro sentimento patriótico. Um certo ideal de racionalidade se impunha como remédio para as atitudes

movidas pela emoção, que estariam na base da indisciplina.

Com relação à inovação tecnológica, a urgência de preparar a tropa para adequar-se às suas exigências direcionava os discursos para o anseio por estudos de caráter científico. Nas palavras de um orador daquele momento, dirigindo-se à alta oficialidade, encontramos uma imagem que sintetiza essa preocupação: para ele, a guerra deixara de ser *escola* para ser *exame*.⁷ Em sua explanação, argumentava que o tempo de concentração das tropas, que antecedia a luta propriamente dita, reduzira-se drasticamente, exigindo que o exército chegasse ao campo de batalha já treinado para se por em movimento. A velocidade que os novos armamentos imprimiam aos conflitos armados fazia com que a guerra se tornasse cada vez mais mental e menos corporal.

Benjamin Constant e a reforma de 1887

Benjamin Constant integrava a geração de oficiais que, naquele momento, organizava-se em torno desses debates. Embora não se incluísse entre os articulistas da Revista do Exército Brasileiro, nem seu nome seja citado entre os participantes que faziam intervenções durante as chamadas *Palestras militares*, realizadas na Biblioteca do Exército, em 1885, sua presença na Escola Militar foi marcada por uma posição de liderança. Há um indício, ainda, em um dos documentos analisados para este trabalho⁸, de sua proximidade com o círculo da Revista do Exército Brasileiro, pois, ao referir-se a um livro publicado em francês, no ano anterior, afirma que ele pode ser encontrado na biblioteca da revista, o que indica que conhecia seu acervo e mantinha, com aquele ambiente, relações próximas.

A solicitação feita pelo comandante da Escola Militar, em 1886, general Severiano da Fonseca, para que redigisse o projeto de um novo Regulamento, ou seja, que elaborasse ou sistematizasse um plano de reforma dos estudos ministrados naquela escola, também pode ser tomada como um indicador do respeito e confiança de que gozava naquele meio intelectual militar. Naquele contexto, suas idéias pareciam ganhar uma receptividade significativa entre importantes setores da oficialidade, ao mesmo tempo em que se abria uma oportunidade real para a participação de Benjamin Constant nos debates acerca da formação dos militares.

No entanto, não era somente no âmbito do exército que Benjamin Constant vinha ganhando um grau considerável de reconhecimento profissional. No panorama educacional da Corte, a sua figura de professor e intelectual positivista também vinha recebendo, naqueles últimos anos, mostras progressivamente mais significativas de importância. A experiência adquirida ao

⁷ Senador Henrique d'Ávila, *Palestras militares*, Revista do Exército Brasileiro, ano quarto, 1885, p. 77.

⁸ Trata-se do *Parecer ao conselheiro Tomás Coelho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da guerra, sobre a reforma da escola Militar da Corte*, p. 4.

longo dos anos em instituições educativas do Império – tais como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, a Escola Politécnica e o Colégio de Pedro II – e o posicionamento diante de questões que passavam pela organização do campo educacional, qualificaram Benjamin Constant para uma inserção mais dinâmica no ambiente intelectual do país.

Entre julho e agosto de 1880, Benjamin Constant participaria, na qualidade de diretor da Escola Normal, de uma comissão interna que avaliou os primeiros meses de experiência da Escola e propôs mudanças no regulamento então vigente. Em fevereiro do ano seguinte, foi escolhido para integrar a Comissão Especial formada para estudar a reforma das bases de cálculo das porcentagens das jóias e anuidades do Montepio Geral. As discussões mobilizaram importantes intelectuais do país e foram divulgadas pelos jornais da Corte e pelo Instituto Politécnico Brasileiro.

Ainda naquele ano de 1881, Benjamin foi convidado a intervir em um debate que vinha mobilizando as energias intelectuais do país. Fora submetido à apreciação das congregações de diversos estabelecimentos de ensino do país, inclusive a Escola Normal da Corte, o projeto de reforma no ensino superior e de criação de uma universidade na Corte. Atuando como diretor da Escola, Benjamin seguiu, de maneira geral, a posição tomada pela Congregação da Escola Normal, votando contra o projeto e argumentando que a proposta era contrária à *tendência geral e bem acentuada do movimento intelectual moderno (...) tendência que consiste essencialmente em por toda a parte o ensino público, ou seja científico, leigo e livre*.⁹

Já em 1882, foi solicitado pelo novo Ministro do Império para que opinasse sobre as bases do Congresso Pedagógico Brasileiro que estava sendo organizado. Benjamin foi convidado a participar dos trabalhos da 1ª seção. Em seu parecer, de ordem pública, e destinado especificamente ao conjunto de autoridades do sistema educacional, criticou duramente os responsáveis pela situação em que se encontrava a instrução pública primária do país. Partindo da importância da educação como preparo para o exercício da *cidadania* e como instrumento de formação da visão de mundo do homem, criticou o espírito geral da instrução oferecida e a precariedade do direito à educação primária no país.

Como destaca Renato Lemos, as constantes iniciativas que tomara, como professor, militar e intelectual positivista, no sentido de tentar reformar aspectos vistos como problemáticos da sociedade brasileira, acabavam esbarrando na *inércia institucional* do país. Tanto na Escola Normal, como no exército, suas concepções como professor, pedagogo e militar *combinaram-se com uma progressiva tomada de consciência político-corporativa para dar um novo conteúdo ao seu relacionamento com o poder público*.¹⁰

⁹Apud LEMOS, Renato Luís Couto Neto e. *Benjamin Constant: vida e história*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997. (Tese de Doutorado em História).

¹⁰Idem, p. 273.

Em 21 de janeiro de 1887, o então major e repetidor interino da Escola Militar Benjamin Constant começava a redigir um novo projeto de Regulamento para a Escola Militar da Corte, intitulado *Plano Geral de Ensino Teórico e Prático*. A proposta, cuja solicitação havia sido feita pelo próprio comandante da Escola, general Severiano da Fonseca, definia um novo currículo para a Escola, e situava a instrução ali ministrada diante das “transformações” por que passava o mundo no final daquele século. Além de indicar a redistribuição dos conteúdos ensinados de acordo com a *natural dependência entre as ciências* e as suas *leis gerais de desenvolvimento*, o documento chama a atenção por tencionar oferecer aos oficiais militares uma *sólida instrução científica indispensável a todo cidadão*. No seu texto, o redator insistia para que se proporcionasse ao oficial do exército, além dos conteúdos puramente profissionais vinculados à teoria e à prática militar, uma instrução geral necessária ao bom *desempenho de seus deveres cívicos e profissionais*.

Se desde o começo da década de 1880 circulavam, pelos diferentes espaços da corporação, propostas para a reforma de aspectos da educação militar que conferiam um lugar privilegiado à instrução da oficialidade, os anos subseqüentes demonstraram como a figura de Benjamin Constant acabou por ampliar, nesse movimento, a sua receptividade entre importantes setores do exército. Quando submetido à Congregação da Escola Militar da Corte, o projeto seria unanimemente apoiado e aceito por seus membros. Também, posteriormente, Benjamin Constant desempenharia um papel fundamental nas discussões sobre a reforma do Regulamento das Escolas Militares, influenciando ativamente nas discussões que culminariam na organização do Regulamento das Escolas Militares de 1889.

O trabalho de construção de uma direção político-cultural, como parte da constituição de um sujeito coletivo, contou, portanto, desde o primeiro momento de sua articulação, com a liderança que esse intelectual exercia, não só sobre a juventude. A conjugação entre sua projeção nos círculos fora do exército e a respeitabilidade interna à Escola Militar o posicionaria no Estado, de forma a transitar entre sociedade política e sociedade civil, na consecução de um certo consenso em torno da proposta que representava.

O projeto da reforma e a construção do consenso

O extenso projeto elaborado por Benjamin Constant, em 1887, estava dividido em duas partes: uma em que expunha o currículo proposto e outra na qual justificava a reorganização do conteúdo oferecido nas diferentes etapas da instrução dos oficiais. O documento inicia-se com a apresentação do *Plano Geral de Ensino Teórico e Prático*, em que são listadas as disciplinas a serem estudadas, sob a forma de aulas e cadeiras, por ano, a cada etapa da formação: *Curso preparatório*, *Curso Geral* e *Cursos Especiais*. Pelo plano, pretendia-se dividir a instrução oferecida na Escola Militar em dois níveis de ensino – um *literário e científico*, comum a

todas as armas e composto conjuntamente pelo ensino secundário anexo à Escola Militar (o Curso Preparatório) e um Curso Geral a ser instituído; e outro de *caráter essencialmente profissional*, composto dos cursos especiais das diferentes armas do exército: infantaria, cavalaria, artilharia, estado maior e engenharia militar.

Interessante observar como sua concepção de formação inicia-se nos estudos preparatórios, que correspondiam ao nível secundário, deixando transparecer o quanto o ensino ministrado nesse curso, edificado pelos próprios militares durante as décadas anteriores, era caro a essa oficialidade. Benjamin não se detém em discuti-lo, posto que, àquela altura, seu formato seriado em três anos já atingira o ponto de estabilidade possível e necessário aos exames de ingresso na Escola Militar. Ainda assim, introduz modificações que acentuam seu duplo caráter propedêutico e de formação profissional. O texto valoriza essa característica, procurando demonstrar o quanto os conteúdos que o compõem estão relacionados ao conhecimento introdutório às disciplinas dos cursos superiores, ao mesmo tempo em que garantem a preparação do futuro agrimensor – profissão para a qual se destinava sua formação.

Apesar de se dedicar à exposição dos diferentes *grupos de instrução* em separado, a ênfase da argumentação foi colocada na justificativa de organização do Curso Geral, comum às três armas do exército, que ocupa cerca de três quartos do documento. Diferentemente do que se vinha fazendo, Benjamin Constant estava propondo, através da criação do Curso Geral, o estabelecimento de uma instrução geral que condensasse, *em uma pequena enciclopédia*, os *conhecimentos científicos fundamentais* necessários a todos os oficiais.

Aqui se encontrava o ponto de convergência de todo o debate empreendido pelos intelectuais do exército nesse período. Ao construir a proposta de um *Curso Geral*, Benjamin procurava atender ao desejo de que se eliminasse a distância na formação entre as armas *científicas* e as *não científicas*, ao mesmo tempo em que pretendia adensar a formação do conjunto dos oficiais, com um currículo recheado de disciplinas que, nas suas palavras, compreendiam *todos os elementos constitutivos de uma instrução fundamental*.

As estratégias que utilizou para construir a argumentação constituem-se em indícios da relação que guardava a proposta por ele apresentada com o debate geral. Recorreu, por exemplo, ao registro da fala de um dos lentes catedráticos, Francisco Carlos da Luz, que, em reunião anterior da congregação, havia reclamado da redução constante da *instrução científica* destinada às armas da cavalaria e da infantaria, perceptível em todos os regulamentos do ensino militar desde 1845. Frisou, ainda, a reconhecida importância dessa instrução para formar *cidadãos*, palavra recorrente nos discursos dessa geração de oficiais.

Os oficiais de infantaria e cavalaria são, ao mesmo tempo como os das outras armas, cidadãos e soldados, e precisam portanto da

mesma instrução geral necessária ao simples cidadão, além da instrução técnica indispensável à sua conveniente adaptação à classe à qual se destinam, e portanto ao bom desempenho de seus importantes deveres. (...) Anotemos, embora de passagem, que a falta de homogeneidade na instrução geral do nosso exército é um dos principais sintomas característicos de sua anomalia constitucional atual.

Levando-se em conta o público a que se destinava o documento que redigira, é possível supor que, não só o recurso de apoiar-se na fala de um dos componentes da Congregação, mas o tom geral do texto, buscava angariar adesão por meio de argumentos que construíssem a aproximação das percepções dos professores da escola. A expressão que sintetizava a proposta que buscava contemplar esse anseio por formação era *instrução integral*. Esse era o cerne da proposta de formação comum, condensada nos cursos preparatório e geral, entendida como “... *resumo do que há de verdadeiramente útil e fundamental no saber real da humanidade, relativamente ao mundo, à sociedade e ao homem considerados em seus diferentes aspectos essenciais...*”.

Tanto nessa concepção quanto na forma como apareciam ordenadas as disciplinas, a *instrução integral* trazia um forte conteúdo positivista, aspecto já bastante associado à figura de Benjamin Constant pela historiografia. Também é admitido pelos historiadores que se dedicaram ao estudo do exército que, embora não fosse posição unânime, o positivismo encontrava ressonância nesse meio intelectual militar (Lins, 1936). A linguagem de Benjamin Constant, no documento, expressa, então, tanto a sua adesão ao ideário de Augusto Comte, quanto a anuência dos professores da escola em relação a essa forma de entender a ciência e o ensino.

Outro aspecto da escrita do documento que vale notar é a transcrição de parte do parecer que o mesmo Benjamin havia escrito sobre as escolas normais anos antes, e que, neste contexto, funciona como reafirmação de princípios que deveriam ser comuns a qualquer seleção de conteúdos para o ensino. Além de demonstrar a coerência do autor, a legitimidade de um texto já tornado público através de publicação oficial, funcionava como aval à proposta. Nessa passagem, não por acaso, a atenção está centrada na introdução das matérias de Moral e Sociologia, expressão pura do pensamento comtiano, e que, dentro do exército talvez fossem as mais estranhas à formação militar.

A apresentação dos *Cursos Especiais*, etapa final da formação de oficiais em cada arma, segue a forma escritural que busca fundamentar a seleção e organização das disciplinas num arcabouço teórico mais amplo, de cunho positivista. A separação entre a parte teórica e a profissional é apresentada como *normal*, ou se já, a que corresponde à norma, à regra, à normalidade, que se identifica com a própria natureza *dos fenômenos, das leis que os regem e das ciências que os estudam*. Com o propósito, certamente, de conseguir o apoio da

congregação, o texto enfatiza a vantagem dessa separação, também, pela diminuição da carga de ensino teórico nesse nível, o que abria espaço para maior preparação prática. Essa era outra mudança ansiada pela oficialidade.

Com essas características, o projeto submetido e aprovado pela Congregação foi encaminhado, pelo comandante da Escola, general Severiano da Fonseca, ao Ministro da Guerra Alfredo Rodrigues Fernando Chaves.

Estratégias de enfrentamento na sociedade política

No ano seguinte, o novo ministro, o conselheiro Tomás Coelho, constituiu uma comissão para avaliar a dita proposta de reforma e organizar um projeto de Reforma Geral para as Escolas Militares da Corte e do Rio Grande do Sul. O próprio Benjamin Constant participaria da Comissão, acompanhado pelo general José Simeão de Oliveira, o capitão de infantaria Belarmino Mendonça, e sob a presidência do general Severiano da Fonseca.

A necessidade de reformar o ensino militar não era uma idéia que circulasse unicamente nos espaços restritos da oficialidade. Os relatórios dos Ministros da Guerra vinham insistentemente retomando esse ponto a cada início de ano, diante da Assembléia Geral. O texto do relatório de 1885 era bastante claro a esse respeito:

Em Relatórios apresentados por alguns de meus antecessores, tratando-se deste nosso mais importante estabelecimento de instrução militar, mostrou-se a urgente necessidade de dar-se-lhe novo Regulamento, no duplo intuito de fazer-se uma melhor distribuição das doutrinas que ali se professam.¹¹

O encaminhamento da proposta assumida pela Congregação da Escola, portanto, além de seguir um trâmite esperado, respondia a uma demanda explicitada pelos próprios ministros. Isso explica o fato de que, diante do projeto pensado para a Escola Militar da Corte, a comissão tenha sido nomeada para uma tarefa mais abrangente, que incluía a Escola do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez, Severiano, agora no lugar de presidente dessa comissão, solicitou que Benjamin redigisse o documento final que relatava os trabalhos ali desenvolvidos, embora o mesmo fosse escrito na primeira pessoa e assinado pelo Presidente da Comissão. A informação de que coube a Benjamin essa redação é apresentada por Renato Lemos.¹² De fato, na documentação preservada no arquivo pessoal de Benjamin Constant, encontram-se várias cartas a ele endereçadas pelo general Severiano, durante o período de funcionamento da comissão. Nelas, percebe-se a cumplicidade dos dois na direção dos trabalhos, em que documentos são repassados e, apesar da objetividade da

escrita, transparece o clima de aliança nessa construção comum. Na carta de 23 de outubro de 1888, uma frase evidencia a expectativa de que Benjamin elaborasse o texto do parecer e, ainda, que conseguisse um efeito de escrita que deslocasse as propostas divergentes: *Na exposição ponha à margem toda a modéstia*.¹³

Também no diário de Benjamin Constant foram encontradas anotações a respeito das reuniões da comissão, dando conta de que as reuniões iniciavam-se às 11 horas e terminavam no meio ou final da tarde, conforme o dia. Em 24 de julho, escreve: *O Ex.º Sr. Brigadeiro José Simeão concordou afinal com o plano por mim proposto para o ensino da Escola*.¹⁴

O documento manuscrito, de que nos utilizamos para o presente trabalho, traz o título de *Borrão do parecer dirigido ao Ministro da Guerra sobre a Reforma da Escola Militar da Corte*. Igualmente extenso, esse texto difere daquele apresentado à Congregação da Escola, pela mudança de finalidade e de público receptor.

Após a apresentação inicial, em que o texto remete o leitor aos documentos que embasaram os trabalhos da comissão – o projeto enviado pela Congregação da Escola da Corte e as alterações propostas pelo comandante da Escola do Rio Grande do Sul –, o trecho seguinte trata de dirigir o foco para duas preocupações centrais, a primeira por parte do governo, a segunda por parte dos oficiais. É evidente o tom de negociação:

Penso que esses projetos além de não exigirem aumento nas despesas que atualmente faz o Estado com a manutenção dessas escolas, e não ferirem direitos adquiridos, abrindo ao contrário mais largos horizontes às justas e bem fundadas pretensões dos distintos lecionistas, ex-alunos que na qualidade de coadjuvantes do ensino, tem dado no lago [exercício?] do magistério, numerosas e exuberantes provas de sua elevada competência moral e profissional e do seu louvável devotamento à causa da instrução, consultam de modo racional, completo e eficaz, incomparavelmente superior ao dos atuais e anteriores regulamentos que estas escolas têm tido desde sua origem, as várias e complexas necessidades teóricas e profissionais de nossa instrução e educação militar.

Vê-se que Benjamin seguiu à risca a instrução do general, já que, entre os professores coadjuvantes aos quais se referia, incluía-se ele mesmo. Talvez por escrever um texto que viria assinado por outrem isso tenha sido mais fácil. Porém, o que é mais importante nesse parágrafo é a maneira como a construção do primeiro período procura mascarar a divergência de

¹³BC/Doc. Par. Esc. Mil. 888.10.23

¹⁴Transcrito por MENDES, Raimundo Teixeira. *Benjamin Constant. Esboço de uma apreciação sintética da vida e obra do Fundador da República Brasileira*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil, 1891-1894, v. 2, p. 198.

¹¹Relatório do Ministro do Império dos Negócios da Guerra apresentado à Assembléia Geral. Ano de 1885, p. 11.

¹²LEMOES, Op. Cit., p. 323.

posições que se havia manifestado entre os componentes da comissão, e que refletia a oposição entre interesses do governo – que devia contar com o apoio de oficiais – e da oficialidade intelectualizada, em particular aquela envolvida com o ensino militar.

Na comissão, esse confronto ficou caracterizado pelo voto em separado de José Simeão de Oliveira, que havia proposto alguns dispositivos que atingiriam diretamente os professores militares. Na sua proposição, extinguir-se-ia a vitaliciedade das três categorias existentes – lentes, repetidores e professores – com o estabelecimento de períodos de exercício que durariam de três a cinco anos, sendo nomeados pelo comandante da escola após aprovação em concurso, mas podendo ser por ele demitidos a qualquer momento, em determinados casos. Tratava-se, como se pode ver, de um estratagema para retirar a autonomia dos professores militares, até então amparados pelo instituto do cargo vitalício, acentuando o poder dos comandantes das escolas, de quem, em última instância, dependeria a permanência em serviço.

O parecer redigido por Benjamin teve de apresentar a proposta de Simeão, depois de ter exposto toda a fundamentação científica do formato geral que defendia. Tratava, entretanto, de deixar claro que *as razões em que se baseou o distinto Sr. Brigadeiro (...) são de todo inaceitáveis*. Passava, então, a demonstrar como a adoção daquele modelo, baseado nas escolas militares da Prússia, seria incompatível com a organização das escolas brasileiras. A seu ver, as escolas militares prussianas eram de caráter essencialmente prático, porque contavam com o ensino literário e científico em escolas não militares, o que não ocorria no Brasil, onde a mesma escola militar acumulava a função de ministrar a instrução geral.

O verdadeiro substrato do debate em torno da vitaliciedade dizia respeito à disciplina. O texto do parecer é explícito mais adiante:

Teme-se ainda que a vitaliciedade origine abusos e desmandos por parte do corpo docente, em detrimento da disciplina e da autoridade do comandante da escola.

Este temor é completamente infundado. Não há um só fato que o justifique. (...)

O que se deve temer e com fundadas razões, é que as corporações docentes sem as garantias de vitaliciedade fiquem a mercê dos abusos e dos desmandos dos comandantes das escolas e de outras autoridades, sofrendo grandemente com isso não só a sua dignidade, e o livre exercício de suas árduas e melindrosas funções, mas também a causa da instrução, principalmente num país em que o patronato é exigente e por demais ousado.

Por esse exemplo, é possível depreender que esse documento guarda uma grande distância em relação ao que havia sido apresentado à Congregação da Escola Militar no ano anterior, não pelo conteúdo do projeto que defendia, mas pela função que deveria cumprir no debate, frente aos constrangimentos de suas condições de

produção e às necessidades de preparar a recepção dos indivíduos a quem se destinava. O tom do documento é menos teórico e mais político, chegando a tangenciar a crítica aos próprios dirigentes do exército e do país.

Os argumentos mobilizados no parecer, em relação à organização dos estudos aprovada pela Congregação, e que se procurava reafirmar naquela instância superior, apresentavam-se menos travestidos do linguajar contiano. A lógica da organização curricular é demonstrada exclusivamente pela articulação entre as disciplinas dos Cursos Preparatório e Geral e as dos Cursos Especiais, de forma a explicitar a necessidade do estudo dos conhecimentos científicos fundamentais. Uma passagem sintetiza o esforço de convencimento de que o parecer está imbuído:

Desde a sua entrada para a escola até terminar seu curso, a atenção do aluno é constante e sistematicamente citada para assuntos inerentes à profissão militar e para os múltiplos e[...] deveres de cidadão e soldado.

A ênfase no vocabulário militar, na instrução técnica e na indispensável referência à literatura e aos exércitos europeus compõem, ainda, o arsenal estilístico instrumentalizado no texto. Nesse último caso, as citações em francês, de títulos e trechos de obras militares, adequava-se às práticas discursivas do meio militar daquele momento. Por outro lado, cabe notar o cuidado em preservar a autonomia em relação aos modelos externos, com a análise crítica da instrução do exército prussiano, considerado o mais bem preparado de todos, após a vitória sobre o exército francês em 1870. Com sua referência crítica, Benjamin, ao mesmo tempo, demonstrava sua ilustração de *oficial estudioso* – expressão característica da Revista do Exército Brasileiro – e demolia antecipadamente argumentos que imaginava poderem ser levantados por seus opositores.

Enfim, a comissão era uma frente de batalha, em que a objetividade, o conhecimento militar e o argumento técnico seriam as melhores armas de defesa de um projeto. Projeto que havia elaborado, mas que sabia representar as aspirações de boa parte da oficialidade que lhe era próxima, fato expresso na aprovação unânime da Congregação da Escola Militar. Sua responsabilidade e compromisso apareciam traduzidos, ainda, na confiança depositada pelo general Severiano da Fonseca que, nas duas ocasiões o convocou.

Os desdobramentos dessa movimentação, entretanto, não seriam os mais felizes. Pelo que se pode observar do Regulamento finalmente aprovado em 1889, as vitórias obtidas na Congregação e na comissão ministerial não foram suficientes para garantir uma reforma do ensino militar sintonizada com os princípios defendidos pela intelectualidade do exército. No diário de Benjamin Constant, anotações de fevereiro de 1889 mostram-no ainda às voltas com esse embate, escrevendo: *Estive todo o dia lendo e escrevendo para preparar o plano de reforma que devia apresentar ao Ministro da Guerra em substituição ao dele que é mau*.¹⁵

¹⁵Transcrito por TEIXEIRAMENDES, Op. Cit., v. 2, p. 199.

Parece, porém, que o investimento foi inútil. Severiano morreria logo após a promulgação do novo Regulamento.

Considerações finais

Este trabalho concentrou-se em abordar a participação de Benjamin Constant na construção da proposta de reforma dos estudos militares na segunda metade da década de 1880, por meio da análise de dois documentos que redigiu. A análise que empreendemos procurou demonstrar como as idéias que defendia, integravam um conjunto de demandas que ultrapassavam sua percepção individual, sendo partilhadas por aquela intelectualidade militar. Por outro lado, na escrita dos documentos, é possível perceber sua capacidade de operar com ferramentas intelectuais que permitem moldar o discurso aos diferentes momentos e públicos, lidando com os constrangimentos postos na busca de adesão e consentimento.

A palavra torna-se arma na luta por um projeto coletivo que aposta na formação intelectual sólida como pré-requisito de uma atitude cidadã. O soldado seria mais cidadão quanto mais científica fosse a escola de sua preparação. A *instrução integral*, fundada num conhecimento enciclopédico, era a bandeira desfraldada por *aquela* oficialidade, que contava com a competência de Benjamin Constant para defendê-la, ao traduzir sua bagagem positivista associada à sua experiência pedagógica na elaboração de um projeto.